

AUDIÇÃO PÚBLICA  
POLÍTICA DE COESÃO  
ECONÓMICA, TERRITORIAL  
E SOCIAL



# POLÍTICA DE COESÃO

## UMA PERSPETIVA A PARTIR DO “INTERIOR”

- Alfredo Simões, Instituto Politécnico de Viseu



## 1. O “INTERIOR” DE PORTUGAL

Depois dos Quadros financeiros comunitários iniciais que apostaram na dotação do território em equipamentos e infraestruturas, mas também na formação, o “interior” tem sido, em regra, **menos eficaz** em:

- Fixar e ou atrair população residente, nomeadamente população jovem
- Fixar e ou atrair estudantes nas IES locais
- Atrair turistas
- Criar e ou atrair empresas, nomeadamente geradoras de elevado valor acrescentado
- Criar riqueza

**E, NO ENTANTO ...**



AS REGIÕES DO “INTERIOR” TÊM EVIDENCIADO CAPACIDADE PARA TRAVAR A SAÍDA, ATRAIR E FIXAR PESSOAS E EMPRESAS, CRIAR NOVAS ATIVIDADES, PRODUZIR E DESENVOLVER CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

### VEJAMOS OS SEGUINTE EXEMPLOS:

- Os concelhos com **centros urbanos** de maior dimensão travam a saída de pessoas
- Viseu é o 2º concelho da RC com maior nº de médicos por 1000 hab  
Investimentos recentes de 2 hospitais privados (+ Hospital público)  
Lab farmacêuticos (e nutracêuticos), controlo alimentar  
6 estâncias termais que servem mais de metade dos aquistas nacionais  
Escola de Saúde; curso de Medicina Dentária
- Nestes últimos anos, Viseu (OUTRAS CIDADES) atraiu uma meia dúzia de **empresas tecnológicas** e tem o “tablet gigante” TOMI espalhado por todo o País, tendo começado o processo de internacionalização.
- O papel da UTAD no setor do vinho

*A lógica  
dos  
“Clusters”*



## 2. REQUISITOS PARA UMA POLITICA DE COESÃO TERRITORIAL

### REQUISITO 1: Condições para territórios competitivos

Estes exemplos mostram a existência de condições locais que importa valorizar no âmbito de uma política de coesão:

- As **idades** com dimensão capaz de gerar e liderar parcerias e de atrair e fixar pessoas e atividades, pela qualidade de vida oferecida e pela disponibilidade de recursos e serviços
- As **IES**, enquanto autênticas plataformas de encontro entre os problemas e os caminhos para a sua resolução
- **Recursos locais** suscetíveis de gerar verdadeiras singularidades e especializações
- **Disponibilidade dos atores locais** para cooperarem entre si e competirem com os outros

Estas são condições fundamentais para que os territórios sejam competitivos, **primeiro requisito** para uma Política de coesão económica, territorial e social.



## REQUISITO 2: Papel da coordenação num *governo* multinível

- \* A coordenação deve começar ao nível central, no governo, entre os diferentes setores. Definir e aplicar medidas setoriais sem cuidar de conhecer os impactos territoriais tem consequências nos territórios que secundarizam os objetivos de coesão. Esta coordenação implica autoridade política e, por isso, há quem defenda a existência de um “ministro do território”.
- \* Coordenação, a nível central, das estratégias regionais (NUT II) e dos respetivos objetivos estratégicos para evitar que tudo seja “estratégico” e que tudo acabe por se igualar em todo o território nacional, não havendo verdadeiras especializações regionais.
- \* Transição das CIM – unidade territorial fundamental para a Política de Coesão - para um modelo mais supramunicipal com uma separação de competências mais ajustada com os municípios.
- \* Ao nível local importa que não se assista a situações de, num pequeno território como o município, por exemplo, haver pelo menos três autoridades a intervir: CIM, GAL e CCDR (PROVERE), para além da CM.



### REQUISITO 3: Políticas públicas para se evitarem riscos prováveis

- As Regiões (NUT II) necessitam de pensamento político e de decisões políticas e não de (quase só) gerirem fundos e aplicarem as políticas centrais. Regionalização?
- Evitar que dentro de algumas, poucas, décadas, tenhamos a situação de há meio século atrás com ensino secundário apenas nas “capitais de Distrito” (e pouco mais)
- Transferência de serviços para o “Interior” deve ser resultado da ação política integrada e não de ações desgarradas – esta é a forma de prestigiar uma medida de política favorável ao “interior” e à Coesão
- O tempo das políticas públicas para a coesão é desde já e não para o próximo período financeiro da UE pós-2020.
- Políticas públicas para a coesão ou são contínuas por muitos e bons anos ou serão um desperdício
- Políticas públicas que favoreçam a fixação de pessoas no “interior”: que façam ganhar competitividade



**REQUISITO 4:**

**Só faremos da Coesão um programa político vencedor se ela for um desígnio do País e de cada parcela do território nacional**

AUDIÇÃO PÚBLICA  
**POLÍTICA DE COESÃO  
ECONÓMICA, TERRITORIAL  
E SOCIAL**



**POLÍTICA DE COESÃO  
UMA PERSPETIVA A PARTIR DO "INTERIOR"**

- Alfredo Simões, Instituto Politécnico de Viseu

**OBRIGADO**

**UTAD, 26 de junho de 2018**